Solicitações de pagamento e autos de arrematação de música em Vila Rica (1775-1812): uma abordagem metodológica

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: MUSICOLOGIA E ESTÉTICA

Felipe Novaes
Universidade Federal de Minas Gerais –f.novaesr@gmail.com

Edite Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais –editerocha@ufmg.br

Resumo: Tendo em vista as atividades estimuladas pelo Senado da Câmara de Vila Rica à realização das festas ordinárias e extraordinárias entre 1775 e 1812, esta comunicação tem por objetivo apresentar os dados obtidos do levantamento documental realizado no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) – especificamente nos fundos Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) e Coleção Casa dos Contos (CC) – em solicitações de pagamento e autos de arrematação de música.

Palavras-chave: Solicitações de pagamento. Autos de arrematação. Vila Rica.

Payment Petitions and Auction Registers of Music in Vila Rica (1775-1812): a Methodological Approach

Abstract: Regarding Vila Rica's Council power activities towards public festivities, between 1775 and 1812, the present article has the objective of communicate the methodological procedures adopted and the documental data highlighted. The survey procedure was conducted at Arquivo Publico Mineiro's founds, located in Belo Horizonte (Brazil), related to payment petitions and musical actions registers.

Keywords: Payment petitions. Auction registers. Vila Rica.

1. Introdução

A temática da coordenação promovida por entidades religiosas leigas e seus membros na constituição de espaços de atuação profissional dos oficiais músicos durante o século XVIII em Minas Gerais conta com um corpo expressivo de publicações em musicologia[1]. Entretanto, salvo as reflexões pontuais de C. Lange (1967), A. Leoni (2007), R. Budasz (2008) e R. Brescia (2010) acerca de espaços de sociabilidade e prática musical de cunho não devocional, o papel do Senado da Câmara ainda restava parcialmente abordado. Neste âmbito, a presente comunicação tem o objetivo de apresentar os dados reunidos a partir do mapeamento – realizado no âmbito da dissertação de mestrado desenvolvida por nós no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais – das atividades promovidas pelo Senado da Câmara de Vila Rica no campo das festividades públicas entre 1775 e 1812. Entende-se que a atividade de prestação de serviço de música à municipalidade ganha contornos mais ou menos definidos no momento em que posta em

paralelo a outras atividades despendidas para a realização das festividades. Neste aspecto, o método comparativo acionado tem por objetivo contrastar os mecanismos administrativos e estratégias de mercado configuradas no espaço das festas públicas promovidas no recorte proposto.

O recorte geográfico restringiu-se à Vila Rica devido à dupla condição daquela localidade, sendo cabeça da respectiva comarca e sede do governo da capitania. Algo que, em nosso entendimento, possibilitaria visualizar um perfil governativo sugestivo. Da mesma forma, a mencionada vila assistira durante o século XVIII processos significativos de ocupação territorial e remodelação econômica em comparação a outras divisões político-administrativas, sobretudo, a comarca do Rio das Mortes (ALMEIDA, 2010). Igualmente, o recorte temporal assumido limitou-se a 37 anos, de 1775 a 1812. A escolha do período sugerido articulou-se por um duplo direcionamento: o primeiro, relativo ao índice significativo de documentação referente à produção musical e cuja datação nos acervos indica – infelizmente de maneira demasiado genérica – *finais do século XVIII*; e o segundo direcionamento, tendo em vista ser um período de fricções e acomodações de modelos de pensamento e regimes governativos tanto no contexto luso-brasileiro quanto pelos territórios da Europa e América do Norte.

O ano de 1775 inicia o recorte proposto devido à reforma militar promovida pelo então governador recém chegado às Minas D. Antonio de Noronha. Evento que remodela a ordenação dos corpos de regimento e ordenanças habitados por inúmeros oficiais músicos em patentes de baixo grau hierárquico; ou seja, num universo no qual as insígnias de distinção e símbolos de destaque articulam as sociabilidades cotidianas, a mencionada reforma sublinha-se de significativo peso ordenador no oficialato à época. No extremo oposto, delimitou-se o ano de 1812 enquanto ponto final do recorte temporal, sobretudo, devido à mobilização tomada no interior do quadro de oficiais músicos à ereção da Irmandade de Santa Cecília em Vila Rica; instituição que, sob a égide de um compromisso coletivamente constituído, organizava o funcionamento da atividade laboral em música na localidade, representando, portanto, um momento de institucionalização do oficio.

2. Procedimentos e dados obtidos

A metodologia adotada articulou-se em três etapas: a primeira relacionada à consulta nos fundos Câmara Municipal de Ouro Preto e Coleção Casa dos Contos, depositados no Arquivo Público Mineiro, de documentação relativa às festividades públicas promovidas pelo Senado da Câmara, indiscriminadamente; uma segunda etapa na qual

estabeleceram-se categorias amplas à classificação da massa documental arrolada a partir da carga informacional verificada – isto é, a delimitação de classes documentais por natureza e tipo de rito processual observado, temática, agentes envolvidos nas trocas comerciais, venda, cobrança, exigência legal, realização de pagamento, informes administrativos, bilhetes, petições, papeis de contabilidade municipal etc; e a terceira e ultima etapa assentada na análise por método comparativo da documentação listada.

Especificamente, na primeira etapa, por meio de consulta ao banco de dados online do Arquivo Público Mineiro (Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – SIAAPM) e adotando a chave de busca cronológica no sistema do APM – isto é, ano a ano de 1775 a 1812 -, listou-se toda a documentação disponível e catalogada relativa às atividades ditas necessárias na realização das festividades públicas. O critério de seleção fundamentou-se no próprio conteúdo da massa documental verificada – v.g inclui-se documentação referente aos valores despendidos pelo poder municipal com a aquisição de cera lavada para iluminação pública nos dias de celebração de um santo e exclui-se documentação relativa ao arrendamento de braças de terra, prêmios de loteria, pagamento aos criadores de enjeitados etc. Da mesma sorte, os dados catalográficos foram colhidos e os documentos que se encontravam digitalizados na plataforma SIAAPM foram coletados em arquivo digital. Os que não se encontravam disponíveis na plataforma online do AMP foram consultados *in loco* e transcritos manualmente. Vale ressaltar que, recorreu-se igualmente aos sistemas Rede Memória e Sophia Biblioteca Nacional enquanto suportes adicionais ao levantamento, tendo em vista que a Coleção Casa dos Contos encontra-se distribuída entre fundos depositados no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG) e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/RJ).

Tendo em vista os documentos identificados, procedeu-se na segunda etapa à leitura e análise preliminar da massa arrolada em livre critério; neste momento optou-se pela familiarização com o *corpus* documental listado. Durante o procedimento de leitura, deu-se início a formulação de modelos genéricos capazes minimamente de articular o todo documental em categorias iniciais. Especificamente, se era possível identificar sobre quais atividades os documentos versavam, se apresentavam recorrência de eventos, suplicantes, valores, pagamentos e sobre quais procedimentos administrativos foram elaborados. Igualmente, as duplicatas informacionais foram listadas em separado tendo como objetivo a verificação de interconexões processuais – isto é, se os documentos compunham um quadro de trâmites articulado em fases. Em seguida, procedeu-se ao refinamento das categorias preliminares a partir do agrupamento da documentação por natureza da atividade prestada.

Identificaram-se quatro campos de atividade: cera para as festividades, ornamentação da igreja, organização das festas celebradas e arremate de música.

No terceiro momento, realizou-se a análise em detalhe de cada um dos quatro campos de atividades desempenhadas pela municipalidade à execução das festas ordinárias e extraordinárias. Neste aspecto, foram analisados os volumes acertados, valores fixados, agentes envolvidos, natureza e rito processual, indivíduos de poder decisório ou sua ausência, permanência ou descontinuidade nos agentes envolvidos, revezamento, valores médios despendidos e movimentações no quadro de suplicantes. Posteriormente, foram elaborados modelos de entendimento acerca das operações e funcionamento do Senado da Câmara nos quadro de atividades identificadas, com ênfase na observação de monopólio ou fragmentação da prestação de serviço ou fornecedor de manufatura, referência ao calculo dos valores acertados, o parâmetro utilizado para se estabelecerem tais montantes, suas flutuações ou permanências, o papel do poder municipalista, o âmbito do poder secular ou religioso acionado e os grupos com os quais a municipalidade dialogava.

Neste âmbito foram identificadas, até o presente momento (2019), 27 solicitações de pagamento relativas à aquisição de arrobas e libras de cera por ordem do Procurador; 25 solicitações de pagamento acerca do serviço de ornamentação da Igreja Matriz cujo suplicante é o Sacristão da referida instituição; 19 solicitações de pagamento respectivas à organização da festividade submetidas ao Senado da Câmara pelo Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto; e 37 solicitações de pagamento e 38 autos de arrematação referentes ao serviço de música para as festividades – excluindo-se as duplicatas informacionais, 52 registros de arremate de música entre festas ordinárias e extraordinárias.

Ano / Cota	**Atividade**			
	Cera	**Ornamentação da Igreja**	**Organização das festas**	**Arremate de Música**
1775	CMOP CX. 49 DOC. 63 CMOP CX. 49 DOC. 64	CMOP CX. 49 DOC. 75	CMOP CX. 49 DOC. 69	CMOP CX. 49 DOC. 79 CMOP - 95 [ff. 41v, 42, 42v.]
1776	CMOP CX. 50 DOC. 23 CMOP CX. 50 DOC. 31	CMOP CX. 50 DOC. 35	CMOP CX. 50 DOC. 49	CMOP CX. 50 DOC. 62
1777	CMOP CX. 51 DOC. 47	CMOP CX. 51 DOC. 19	CMOP CX. 51 DOC. 31	CC - CX. 71 – 30777 CMOP - 95 [ff.82v, 83]
1778	CMOP CX. 52 DOC. 25	CMOP CX. 52 DOC. 43	CMOP CX. 52 DOC. 22	CMOP - 95 [ff.94, 94v, 95.]
1779	CMOP CX. 53 DOC. 36	CMOP CX. 54 DOC. 24	CMOP CX. 54 DOC. 08	CMOP - 95 [ff.121v, 122, 122v,123]
1780	CMOP CX. 55 DOC. 38	CMOP CX. 55 DOC. 93	CMOP CX. 55 DOC. 35	CMOP CX. 55 DOC. 06 CMOP CX. 55 DOC. 22

		CMOP CX. 55 DOC. 95		CMOP - 95 [ff.136, 136v., 140]
				CC - CX. 120 – 20843
1781	CMOP CX. 56 DOC. 19	CMOP CX. 56 DOC. 28	CMOP CX. 56 DOC. 31	CMOP CX. 56 DOC. 26
				CMOP - 95 [ff.151, 151v, 155, 155v.]
1782	CMOP CX. 57 DOC. 63	CMOP CX. 57 DOC. 47	CMOP CX. 57 DOC. 32	CMOP CX. 57 DOC. 33
				CMOP - 95 [ff.173, 173v, 174,174v.]
1783	CMOP CX. 58 DOC. 31	CMOP CX. 58 DOC. 52	CMOP CX. 58 DOC. 46	CMOP CX. 58 DOC. 20
	CMOP CX. 58 DOC. 50			CMOP CX. 58 DOC. 48
				CMOP - 95 [ff.188, 188v, 190, 190v]
	CMOP CX. 58 DOC. 72			CMOP - 95 [ff.196v, 197, 197v, 198]
1784	CMOP CX. 59 DOC. 40	CMOP CX. 59 DOC. 43	CMOP CX. 59 DOC. 31	CMOP - 95 [ff.218v, 219, 219v, 220]
1785	*Não localizado*	CMOP CX. 60 DOC. 05	CMOP CX. 60 DOC. 02	CMOP - 95 [ff.238, 238v, 236]
1786	*Não localizado*	CMOP CX. 60 DOC. 44	CC - Cx. 58 - 30513	CC - CX. 64 - 30628
				CMOP - 95 [ff.252v, 253, 256, 256v.
				CMOP - 95 [ff.259v, 260, 260v, 261]
1787	CMOP CX. 61 DOC. 32	CMOP CX. 61 DOC. 50	CC - Cx. 58 - 30513	CC - CX. 93 - 20333
				CC - CX. 4 - 10098
				CMOP - 95 [ff.265v, 266]
				CMOP - 133 [ff.1r a f.4r]
1788	CMOP CX. 62 DOC. 21	*Não localizado*	*Não localizado*	CMOP - 133 [ff.8v a f.9v]
1789	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CMOP - 133 [ff.v a f.v]
				CC - CX. 56 - 30471
1790	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - CX. 86 - 20243
				CMOP - 133 [ff.20v a 51v]
1791	*Não localizado*	CMOP CX. 64 DOC. 21	CC – Cx.73 - 30810	CMOP - 133 [ff.26v a 27r]
		CMOP CX. 64 DOC. 24		
1792	CMOP CX. 65 DOC. 09	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - CX. 57 - 30485
				CMOP - 133 [ff.49v a 51r]
				CMOP - 133 [ff.43r a 44r]
1793	CMOP CX. 66 DOC. 27	CMOP CX. 66 DOC. 03	CMOP CX. 66 DOC. 36	CMOP - 133 [ff.59r a 60v.]
				CC - CX. 99 – 20451
1794	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - Cx.33 – 30005
				CC - CX. 35 - 30046
				CMOP - 133 [ff.72r a f.73r]
1795	CMOP CX. 67 DOC. 36	CMOP CX. 67 DOC. 100	*Não localizado*	CMOP CX. 67 DOC. 40
	CMOP CX. 67 DOC. 38			CMOP CX. 67 DOC. 65
				CMOP - 133 [ff.83r a 84r]
	CMOP CX. 67 DOC. 102			CMOP - 133 [ff.88r a f.89r]
1796	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CMOP - 133
1797	*Não localizado*	*Não localizado*	CMOP CX. 70 DOC. 86	CC - CX. 86 – 20242
1798	CMOP CX. 70 DOC. 06	CMOP CX. 71 DOC. 38	CMOP CX. 70 DOC. 86	CMOP CX. 70 DOC. 32
	CMOP CX. 70 DOC. 72			
1799	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - CX. 139 – 21221

1800	CMOP CX. 72 DOC. 57	CMOP CX. 72 DOC. 55	CMOP CX. 73 DOC. 48	CMOP CX. 72 DOC. 52
		CMOP CX. 73 DOC. 15		CMOP CX. 73 DOC. 06
1801	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	Não Localizado
1802	CMOP CX. 76 DOC. 72	CMOP CX. 76 DOC. 58	CMOP CX. 76 DOC. 54	CMOP CX. 75 DOC. 97
1803	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC – Cx.60 - 30558
				CC - Cx.139 – 21231
				CC - Cx.139 - 21230
				CMOP - 133 [ff.6r]
				CMOP - 133 [ff.4v]
1804	CMOP CX. 78 DOC. 49	CMOP CX. 78 DOC. 46	*Não localizado*	CMOP CX. 77 DOC. 95
1805	*Não localizado*	CMOP CX. 78 DOC. 74 [f.3r]	CMOP CX. 79 DOC. 34	CMOP CX.78 DOC. 74 [ff.2r]
				CMOP CX.78 DOC. 74 [ff.3r]
				CMOP - 133 [ff.14v]
				CMOP - 133 [ff.25r]
1806	CMOP CX. 79 DOC. 52	CMOP CX. 80 DOC. 11	CMOP CX. 79 DOC. 34	CMOP CX. 79 DOC. 54
	CMOP CX. 79 DOC. 41	CMOP CX. 80 DOC. 37	CMOP CX. 79 DOC. 53	CMOP - 133 [ff.26v]
1807	*Não localizado*	*Não localizado*	CC – Cx. 71 - 30761	CMOP - 133 [ff.36v]
				CMOP - 133 [ff.41r]
1808	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - Cx.137 - 21187
				CMOP - 133 [ff.47v]
				CMOP - 133 [ff.48v]
1809	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CMOP - 133 [ff.57v]
1810	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - Cx.138 – 21215
1811	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CC - CX. 138 - 21215
				CMOP - 133 [ff.59v]
1812	*Não localizado*	*Não localizado*	*Não localizado*	CMOP - 133 [ff.62r]

Tab. 1 Relação dos documentos levantados no Arquivo Público Mineiro por ano, cota e atividade

3. Considerações finais

Inicialmente, vale ressaltar que os dados obtidos não compõem séries cronologicamente completas, contudo, perfazem um quadro entendido enquanto satisfatório ao entendimento dos procedimentos acionados pela municipalidade à realização das festividades ordinárias e extraordinárias. Do mesmo modo, reforça-se que o pregão da música realizado no Paço do Conselho e Casa de Câmara, devido sua natureza processual por arremate, gera um perfil documental diverso das outras atividades econômicas. Isto é, além das solicitações de pagamento enviadas ao poder administrativo-regulatório para análise dos oficiais camaristas, o mecanismo de escolha pública do prestador de serviço de música apresenta um trâmite fracionado. Inicialmente, a realização do pregão e registro nos livros de

Termos de Arrematação[2] e, posteriormente, o envio da petição solicitando o pagamento do serviço prestado. Portanto, o resultado documental em duplicatas informacionais (solicitações e autos) sublinha o entendimento da municipalidade acerca do mecanismo normativo acionado.

Sob uma perspectiva procedimental, a existência e funcionamento de um banco de dados online (o Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro, SIAAMP) possibilitou, sem embargo, uma consulta eficaz e ágil. Paralelamente, a gratuidade na consulta à documentação digitalizada e *in loco*, assim como a disponibilidade ao download (em arquivo digital), figuram políticas de acesso à informação de impacto positivo ao exercício acadêmico-científico. Além de um sistema de consulta por *chave de busca* cujos marcadores vinculam-se a todos os fundos catalogados – isto é, passível de localização informacional em âmbitos arquivísticos complementares – o sistema utilizado pelo Arquivo Público Mineiro disponibiliza a opção de visualização online do documento. Portanto, evitando a manipulação excessiva e proporcionando agilidade na identificação e enquadramento do objeto consultado no recorte, escopo conceitual ou procedimentos metodológicos determinados pelo pesquisador. Não obstante, a instituição fornece o serviço de digitalização (pelo valor, até a presente data, de R$2,50 por fólio) o que possibilita o acesso remoto à documentação; podendo o pesquisador solicitar a digitalização e envio por endereço eletrônico.

Referências:

ALMEIDA, Carla Maria Caravalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Arqvmentuvm, 2010.

BRESCIA, Rosana de Moraes Merreco Orsini. *C'est là que l'on joue la comédie*: les *Casas de Ópera* en Amérique Portugaise (1719-1819). 2010. 768f. (Doutorado em Ciências Musicais e Doutorado em Histoire Moderne et Contemporaine). Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa e Ecole Doctorale II – Centre d'étude du Bresil et de l'Atlantique Sud da Universite Paris IV Sorbonne, Lisboa/Paris, 2010.

BUDASZ, Rogério. *Teatro e música na América Portuguesa*: convenções, repertório, raça, gênero e poder. Curitiba: DeArtes, 2008.

BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *O sentido social da Música em Minas Colonial*. Belo Horizonte, 1993. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

CASTAGNA, Paulo. *O estilo antigo na prática musical religiosa paulista e mineira dos séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2000.

DUPRAT, Régis. *Musica na Sé de São Paulo colonial*. São Paulo: Paulus, 1995.

LANGE, Francisco Curt. La música en Vila Rica: Minas Gerais, siglo XVIII. *Revista Musical Chilena*, v.21, n.102, 1967, pp.8-149.

_____. *História da Música nas Irmandades de Vila Rica. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto*. Vol.1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979.

LEONI, Aldo Luiz. Os que vivem da arte da música, Vila Rica, Século XVIII. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2007.

NEVES, Jose Maria. *Música sacra mineira: catálogo de obras*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

REZENDE, Maria Conceição. *A música na história de Minas Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

Notas

[1] LANGE, 1967, 1979; REZENDE, 1989; BRANDÃO, 1993; DUPRAT, 1995; NEVES, 1997; CASTAGNA, 2000.

[2] O livro de Termo de Arrematações reúne os processos de escolha pública por meio de arremate realizados num determinado período. Neste aspecto, constam processos de arremate relativos a consertos ou construções de bens patrimoniais e infraestruturais da Vila – pontes, ruas, paredões, calçadas, encanamento, abastecimento de água –, venda ou arrendamento de propriedades, aquisição e transporte de materiais para a realização de obras públicas, arrendamento do direito de fiscalização das atividades comerciais ou exercício destas – por exemplo, autorização do abate de gado e fornecimento do produto a vila – dentre outros âmbitos do exercício regulatório e fiscalista do poder municipal.